

Editorial

Para onde caminhamos?

A crise da democracia representativa

O segundo turno das eleições municipais de 2004 concluiu-se sem surpresas, ao consolidar as piores promessas do primeiro turno: a democracia representativa saiu ferida, e a esquerda fragmentada e sem rumo.

Entre os que se debruçaram e se debruçam sobre o processo democrático ocidental, Bobbio à frente, é unânime o registro de seu progressivo distanciamento das raízes da vontade popular, pois essa manifestação se revela eivada de vícios aparentemente irremovíveis: a mediação dos meios de comunicação de massa, pervertendo o pronunciamento eleitoral, a intermediação corruptora do poder político, e a intervenção, a cada eleição mais decisiva, do poder econômico, distorcendo o pronunciamento eleitoral. Acrescentem-se a fraude eleitoral, minimizada mas sobrevivente, a terrível pobreza das grandes massas, as deficiências do sistema eleitoral-judicial, a diminuição do papel da militância (substituída por profissionais pagos), a ação das máquinas partidárias sepultando a democracia interna e, principalmente, o império das práticas e métodos do *marketing*, afastando a política e transformando candidatos em atores ou produtos a serem ‘vendidos’ e ‘consumidos’. Essas caracte-

rísticas não são peculiares ao processo brasileiro (oferece-se para análise a tragédia da democracia eleitoral norte-americana), mas aqui também está atingindo proporções que põem em risco a legitimidade da manifestação da soberania popular, sem a qual todo poder é ilegítimo.

Como conseqüência dessas mazelas — que se repetem eleição após eleição, e em intensidade cada vez mais grave, temos a percepção crescente — pelo eleitorado —, da inutilidade do voto como instrumento de mudanças, porque não há compatibilidade entre as plataformas de campanha e os compromissos eleitorais, de um lado, e o desempenho dos mandatos, de outro. Os compromissos de mudança construídos na oposição se transformam, no governo, em adesão ao sistema antes condenado, o que não deixa de constituir fraude contra o processo eleitoral, pois, votando nas propostas da oposição, o eleitor, violado em sua vontade, termina por determinar a sobrevivência do programa de governo cuja derrogação determinara com seu voto. A desmoralização do voto como instrumento de mudança e progresso, a convicção de sua desvalia, no curto prazo, ensejam o aventureirismo e as mais deletérias formas de corrupção eleitoral, e no médio prazo afasta a cidadania da defesa do processo democrático. Com o desânimo cívico do eleitor, cresce, causa e efeito a um só tempo, a descaracterização dos partidos, que se revelam desmoralizadamente iguais. É a despolarização da política, que só atende aos usufrutuários do *statu quo*.

Em nosso País as mudanças só se fazem para que nada mude. Talvez em nenhum outro país se tenha aplicado com tanta eficiência a sentença do Príncipe de Lampedusa.

Essa desmoralização resulta da promiscuidade de contrários no mesmo bloco, das coligações esdrúxulas na disputa eleitoral e no exercício da governança, na realização de alianças demasiado frouxas contemplando forças conservadoras e corruptas, fazendo com que desapareçam diferenciações políticas e ideológicas, o que é convite aberto para as opções assistencialistas, fisiológicas ou messiânicas, todas alienadoras do voto e inimigas do sistema de partidos, um dos pilares sobre os quais se assenta a democracia representativa.

Num ponto os estrategistas do *statu quo* foram vitoriosos: na armação desse bipartidarismo caboclo, festejado pela imprensa ligeira, pelo qual há tanto tempo anseiam as forças conservadoras brasileiras e os partidos beneficiários, contrariando a história político-partidária republicana de pelo menos os últimos 60 anos. O projeto bipartidário, encenado à força pelos éditos do regime militar, e derrotado pela redemocratização de 1984, está sendo implantado na prática, com a eleição, pelo *establishment*, de seus protagonistas, o PT e o PSDB. Esses partidos já monopolizam a pauta político-partidária, ditam os projetos e as estratégias e estreitam, entre si, a convergência programática, até porque a política de um sobrevive na do outro.

No bipartidarismo brasileiro, os demais partidos deverão se contentar com os papéis, uns de satélites, outros de coadjuvantes e todos de cúmplices. Os pequenos partidos, acicatados por uma reforma política que os ameaça permanentemente com limitações, como as decorrentes da cláusula de barreira, não terão, necessariamente, de desaparecer, mas haverão de sobre-viver com autonomia limitada, isto é, como apêndices, siglas de reserva para as manobras das duas forças majoritárias. Essas, consolidadas, prometem, para o futuro, em nome da democracia, a alternância, ou revezamento do governo entre si, o que é ostensiva forma de exercício condominial do poder. A tendência, doravante, que resulta em boa medida desse pacto, será uma aproximação cada vez maior, em seus programas e principalmente em suas práticas, de PT e PSDB, o que dará ao *establishment* a segurança pela qual sempre ansiou, de que as mudanças de mando partidário até podem ser efetivadas, porque, havendo alternância de siglas, não haverá necessariamente alternância de governo. E se não há alternância de governo, tudo está permitido, sem nenhuma ameaça à paz política e à predominância dos interesses estabelecidos.

Resta saber se essa será a opção do eleitorado. Por enquanto, pelo menos nestas últimas eleições, ele obedeceu ao roteiro que lhe foi oferecido.

Busca-se, e não é de agora, com as ameaças recorrentes ao pluripartidarismo, a cópia do sistema político-eleitoral norte-ame-

ricano no momento em que este se revela mais corrupto, mais inepto, mais antidemocrático, mais anti-representativo, negando os fundamentos da representação, pervertida por um sistema indireto que, estadualizando as eleições nacionais, distorce a vontade do eleitorado, de tal sorte que — pelo mecanismo do colégio eleitoral —, aquele que obtém a maioria de votos não é necessariamente o vencedor, como se viu nas eleições presidenciais de 2000. Trata-se de sistema arcaico, concebido para que as eleições sejam instrumento de conservação do *statu quo* : de 1964 a 2002, em 15 eleições, observa Gláucio Ary Dillon Soares (FSP, 30.10.2004) a taxa de reeleição para a Câmara dos Deputados (*House of Representatives*) foi superior a 90%!

Para chegar a essa democracia representativa que despreza o sufrágio universal, ou a um bipartidarismo que assegura a alternância entre iguais, são necessários partidos sem apegos ideológicos, sem respeito aos seus próprios programas, com baixos índices de unidade nas campanhas eleitorais e nos governos. Se todos são iguais, o eleitor deixa de votar em programas, para votar em pessoas, em líderes, burocráticos ou messiânicos ou carismáticos, ou aceita, desesperançado, o comércio do voto.

Pelo visto, já avançamos muito no rumo do bipartidarismo, e os analistas dizem que as eleições municipais de 2004 constituem segura previsão de 2006, que simplesmente repetirá 2002. Agora num cenário mais preciso, consoante o qual a cada eleição se reduzem as diferenças entre os contendores.

A esquerda foi atingida por todos esses torpedos, mas foi ferida principalmente pela despolitização do pleito, para o que ela também colaborou. Ficou sem discurso. Reinou o pragmatismo das coligações, substituindo a coerência programática, donde a indiferenciação, confundindo o eleitorado e as militâncias. A disputa e o debate foram substituídos por alianças entre os que se diziam antípodas, donde o abandono das questões centrais do País e o conseqüente apelo ao paroquialismo, ao fisiologismo e ao assistencialismo o mais despudorado. A ética dos meios, que já chegou a empolgar a esquerda brasileira, foi substituída pela aética dos fins, pela qual tudo é permitido desde que a vitória seja

alcançada. A nova ética diz que o sucesso purifica tudo e justifica as práticas, que deixam de ser condenáveis, se levam à vitória eleitoral ou ao sucesso administrativo.

O pensamento conservador ganhou ênfase e se fortaleceu, seja com a guinada do PT, levando consigo seus aliados-satélites, para o centro, isto é, caminhando da esquerda para a social-democracia, ou para o neo-liberalismo econômico, seja com a vitória do PSDB, caminhando para o centro, o novo ponto de convergência da política nacional. Perdeu a direita *tout court*, cujo ideário desatualizou-se, talvez substituído pelo discurso mais contemporâneo da social-democracia conservadora que ameaça suas hostes. (Perdeu, enfatize-se, o discurso eleitoral, não o poder, onde tem assento permanente.) A esquerda, o que ainda se pode chamar de esquerda no Brasil, atônita diante da realidade política, dividida entre a ostensiva sustentação do governo Lula e seu combate envergonhado, omitiu-se ideologicamente, renunciou às suas tradicionais posturas reformistas e, também ela, assumindo o pragmatismo olímpico, descaracterizou-se eleitoralmente, ao promover alianças pontuais com a direita e o fisiologismo na expectativa de ganhar eleições provincianas, em alguns casos obtendo sucesso ao preço do profundo desrespeito ao seu eleitorado e à opinião pública.

Transitando do revolucionarismo histórico de suas origens para o reformismo, a esquerda assumiu as teses da democracia representativa, mas, nesse transe, transformou-se em força alternativa da pragmática neoliberal, e assim assumiu impagável dívida com seu eleitorado.

Um sopro de esperança

Mas a esquerda tem o que comemorar. No Uruguai.

Entre o segundo turno das eleições municipais brasileiras e as eleições presidenciais norte-americanas, nossos vizinhos elegeram o socialista Tabaré Vázquez presidente da República, desmontando 174 anos da ditadura do bipartidarismo, mediante o qual *colorados*

e *blancos*, versões da mesma elite, se revezavam na Presidência. A esquerda uruguaia, reunida em torno da Frente Ampla, também terá maioria no Congresso, podendo governar sem concessões à direita. Na Câmara, de um total de 99 deputados elegeu 53. No Senado, conquistou 17 num total de 31 cadeiras.

O novo presidente, amigo do Presidente Lula, deverá, ao contrário de seu antecessor, Jorge Batlle, dar prioridade às relações com seus vizinhos Brasil e Argentina e poderá facilitar a recuperação do MERCOSUL.

○ pronunciamento reacionário da sociedade norte-americana

As eleições de 2 de novembro serviram para o reeleito presidente Bush como um *referendum*, no qual logrou a legitimação que não recolhera no sufrágio de 2000 (quando perdeu no voto popular e ganhou no Colégio eleitoral, em processo questionado por fraude e vício) e a confirmação de suas políticas interna e externa, revigoradas pelo pronunciamento eleitoral, preocupantemente significativo quando chega acompanhado pela derrota dos democratas nas duas Casas do Congresso. A guinada conservadora é ainda mais contundente se considerarmos que os republicanos detêm 28 dos 50 Estados norte-americanos e que o presidente Bush nomeará mais três ministros para a Corte Suprema. Nada obstante a cisão da opinião pública, reiterada na pequena margem de votos que assegurou a vitória republicana, a doutrina Bush foi formalmente assumida pela sociedade norte-americana, que, a partir de agora, sancionando-a, será também por ela responsável.

Se, para o eleitorado norte-americano, e para os observadores internacionais, o eventual governo Kerry apontava para um ponto de interrogação, o segundo governo Bush indica um *replay* sem graça. Nada pode sugerir modificações, e, ao contrário, os próximos quatro anos deverão significar o aprofundamento do que foram os últimos quatro anos, respeitado o dinamismo imposto pelos fatos.

Livre de preocupações eleitorais, porque não é possível uma nova recondução ao cargo (embora não deva ser afastada a esperança de um terceiro mandato republicano consecutivo), Bush vai dedicar-se, em tempo integral, ao ambicioso projeto de consolidar, como opção estratégica, a doutrina da segurança interna e colocá-la plenamente em prática, isto é, como pretexto para tudo.

Parece emergir um Estados Unidos profundo que andava escondido, de sentimentos mascarados pelas administrações democráticas, ou um Estados Unidos que simplesmente não queríamos enxergar. Seja como for, o país que salta das urnas — um país que reúne patriotismo e fé religiosa, que faz da política uma expressão da teologia e mistura fundamentalismo religioso com propriedade e capitalismo — busca realizar seu sonho de supremacia absoluta defendido pelo pragmatismo conservador e hoje transformado em questão de honra pelo patriotismo exacerbado e legitimado pelo fundamentalismo como o único caminho possível para que se cumpra o destino messiânico por ele atribuído aos Estados Unidos, como o “novo Israel de Deus”.

A visão do conservadorismo político baseada na convicção da ampla superioridade do povo e do sistema de vida norte-americano, tem agora, como nunca teve antes, o apoio incondicional de um cristianismo fundamentalista e igualmente arcaico e anti-progressista, sulista, de um *hinterland* cada vez mais atuante que se revolve contra o cosmopolitismo das metrópoles. Essa visão de mundo continuará dominando as políticas interna e externa, e a luta contra o terrorismo, legítima em si, será utilizada como instrumento de consolidação imperial e expansionismo. Ao mundo, na bandeja do discurso ideológico, será oferecida a justificativa da cisão artificial entre o ‘bem’ e o ‘mal’. As novas Cruzadas, destinadas a esmagar os ímpios (e ímpios são todos os que se opõem à nova ordem internacional, capitalista-religiosa-autoritária), não terão outro propósito senão o de consolidar a hegemonia militar, econômica, política e ideológica norte-americana.

Antigas idéias políticas sobre propriedade, capitalismo e relações internacionais foram transformadas em tábua de fé supostamente ditadas por um Deus muito pessoal e estão sendo entregues nas

mãos dos novos cruzados, armados de um evangelismo bélico, aos quais cabe a missão de quebrar todas as resistências à implantação, a qualquer preço, de uma nova ordem mundial baseada no modelo norte-americano de produção e de viver.

A conclusão é esta: Bush é fiel representante dessa sociedade.

Não é nada animador para nossa civilização que a abertura do terceiro milênio se venha a caracterizar pelo conflito entre o fundamentalismo que surgiu no seio da comunidade evangélica americana e o tradicional fundamentalismo muçulmano, engalfinhados na disputa pela posse do 'Deus certo'.

A Ásia e o Oriente Médio permanecerão como centro das atenções, pois continuam abrigando o 'mal'. As invasões do Afeganistão e do Iraque serão aprofundadas, e as forças militares norte-americanas não conhecerão limites geográficos em seu poder de intervenção. Os 'marines' não têm data para regressar. Maiores serão as ameaças sobre o Irã e a Coréia do Norte, maior será o apoio à política agressiva de Sharon, e maior ainda será o desapareço do governo dos Estados Unidos para com os organismos internacionais e os mecanismos multilaterais de negociação. Perdem os pacifistas, perde o diálogo, perderá ainda mais a ordem jurídica internacional. Dias difíceis serão vividos pela ONU e pelos organismos internacionais. Os afagos da opinião interna farão Bush esquecer o malquerer da opinião pública internacional e temas como direitos humanos (no plano externo e inclusive no plano interno) ou preservação ambiental permanecerão ausentes da agenda política.

É possível e muito provável alguma distensão com os tradicionais aliados europeus, mas chechenos e palestinos nada terão por comemorar.

Com tantas frentes externas, voltado todas as horas para o fortalecimento de sua política expansionista e ao mesmo tempo enfrentando problemas internos como o crescimento das desigualdades, o déficit público e o déficit comercial, e a preocupante redução do emprego, talvez o governo Bush continue, nesses novos quatro anos, sem muitos olhos para se preocupar com a América Latina. E aí seremos nós que teremos o que comemorar.

Com relação ao Brasil, as previsões são fáceis. Ao tempo da administração Clinton e começo da administração Bush, a visão da maio-

ria dos especialistas norte-americanos era de pessimismo com relação à América Latina. O historiador Kenneth Maxwell chegou a prever que os Estados Unidos deveriam impor a “pax americana” à região e consolidar o México como líder regional e isolar o Brasil. Paradoxalmente, esta visão que ganhou corpo no governo de Fernando Henrique Cardoso perdeu completamente a força no governo do Presidente Lula. O desempenho das exportações brasileiras, com destaque para a soja e a carne bovina, setores em que ocupamos confortável primeiro lugar, a resistência e estabilidade da economia, o sucesso das chamadas reformas (mesmo que ao preço da quebra de direitos constitucionais), o combate à corrupção, e nossa crescente liderança regional, têm levado amplos setores da opinião pública americana a acreditar em que o Brasil merecerá tratamento especial do governo Bush a troco de concessões mútuas em áreas comerciais, políticas e mesmo estratégicas, em cuja direção já teriam sido dados os primeiros passos.

Exercícios de futurologia à parte, o Brasil precisa ir se acostumando com a idéia de que deverá enfrentar as conseqüências da redução do crescimento da economia americana e as medidas que certamente terão que ser tomadas para conter o crescimento do déficit público, que deve passar dos 420 bilhões de dólares este ano, a manutenção de estratégia de alta gradual dos juros ditada por uma nova política do FED, além de novas medidas de protecionismo econômico. Na área política devem ser esperados novos esforços no sentido da retomada das negociações sobre a ALCA, embora os Estados Unidos já estejam voltados para acordos bilaterais que sucessivamente vêm firmando com nossos vizinhos; o Brasil será instado a uma ação mais ativa de combate ao narcotráfico principalmente em nossas fronteiras amazônicas e será possível a flexibilização da utilização da base de Alcântara pelo programa espacial norte-americano, nada obstante os compromissos já assumidos com a Ucrânia e os entendimentos com a Rússia conduzidos pelo ex-ministro José Viegas. As maiores dificuldades e pressões estarão concentradas nas relações comerciais, especialmente na área da Organização Mundial do Comércio e na questão do enriquecimento de urânio pelo Brasil com intensificação das pressões em

favor da aceitação, pelo Brasil, das novas exigências da Agência Internacional de Energia Atômica.

O mercado tem suas razões. Anunciado o resultado das eleições, as bolsas em todo o mundo fecharam em alta, inclusive a de São Paulo. Em Nova York subiram as ações das indústrias fabricantes de armamentos, comemorando a especulação belicista.

A consolidação da maior potência do mundo como uma sociedade majoritariamente de direita, a consagração do populismo autoritário e a vitória ideológica do fundamentalismo evangélico, nos Estados Unidos, devem convidar-nos a uma reflexão sobre nosso País e o mundo. Para onde caminhamos?

Rio, 3 de novembro de 2004

Roberto Amaral